

# O PAPEL PREVENTIVO DA POLÍCIA MILITAR NO ÂMBITO ESCOLAR

THE PREVENTIVE ROLE OF THE MILITARY POLICE IN SCHOOL

ARAUJO, Priscilla Magalhães Gomes de<sup>1</sup>  
NUNES, James Plínio da Graças<sup>2</sup>,

## RESUMO

A educação de crianças e adolescentes é um dos assuntos mais urgentes para a sociedade, porque daí se formará cidadãos conscientes, participativos e aptos para as demandas da vida adulta. Sendo assim, toda a sociedade deve participar para que o ambiente escolar seja sadio e dê condições para viabilizar o aprendizado. A Polícia Militar, nesse desiderato, tem muito a contribuir na prevenção e cessação de violência no âmbito escolar, motivo pelo qual objetivou o trabalho, por meio da revisão de literatura, destacar inúmeros projetos da Polícia Militar, como o PROERD, em que, por meio de palestras educativas, se volta contra o uso de drogas pela juventude, além do projeto Ronda Escolar que prevê o destacamento de uma viatura para as escolas no afã de garantir a segurança dessa área escolar e os vários exemplos positivos das escolas militares que garantem a ausência de todas as formas de violência contra o adolescente e ainda, coloca o policial militar na posição de educador de civismo e cidadania.

**Palavras-chave:** Polícia Militar. Educação. Prevenção. Escola.

## ABSTRACT

The education of children and adolescents is one of the most urgent issues for society, because it will form citizens who are conscious, participative and fit for the demands of adult life. Therefore, the whole society must participate in order for the school environment to be healthy and to provide conditions to enable learning. The Military Police, in this goal, has much to contribute in the prevention and cessation of violence in the school scope, reason why the work, through the review of literature, highlighted numerous projects of the Military Police, such as PROERD, in which of educational lectures turned against the use of drugs by the youth, in addition to the School Round that provides for the detachment of a vehicle for the schools in the effort to guarantee the safety of this school area and the several positive examples of military schools that guarantee the absence of all the forms of violence against the adolescent and also, places the military police in the position of educator of citizenship and citizenship.

**Keywords:** Military Police. Education. Prevention. School.

---

<sup>1</sup> Aluna do Curso de Formação de Praças, 5ª Companhia da Academia da Polícia Militar de Goiás - CAPM, Turma Índia, priscillinha\_maga1@hotmail.com; fevereiro de 2018

<sup>2</sup> Professor orientador do Programa de Pós-Graduação e Extensão do Comando da Academia da Polícia Militar de Goiás CAPM, fevereiro de 2018.

## 1 INTRODUÇÃO

Objetiva o trabalho investigar a participação da Polícia Militar na manutenção do civismo e da disciplina no âmbito escolar, como fonte de prevenção de conflitos e construção da paz; isso porque a Polícia Militar, enquanto agente de integração social, possui relevante papel pedagógico – ao lado de suas atribuições precípua – na medida em que a corporação está representada por um “cidadão qualificado”<sup>3</sup> que reflete os interesses imperativos do Estado em relação à Segurança Pública, mas que também leva ao Estado as demandas da população, dada a sua proximidade com seus pares.

Em razão dessa importância que a Polícia Militar tem no seio social, e por isso mesmo na contribuição valiosa que presta à educação, é que nos últimos anos vem se preocupando em quebrar a barreira negativa, reforçada ao longo de anos nefastos de ditadura militar, de que possui somente uma atuação ostensiva e truculenta e que, por isso, seria incompatível com a atuação em escolas, sobre o pretexto de que ali estaria difundindo um regime militarizado, arcaico e que não apóia o pensamento crítico dos alunos.

Sabe-se que educar não é uma tarefa fácil. É importante para isso que alunos e professores tenham um ambiente escolar sadio e livre de violências, motivo pelo qual em um primeiro momento do trabalho se falará sobre formas de violência, que vão além da violência física e tipificada na legislação penal, abordando também a violência psicológica, de segregação entre outras, e contextualizando todas dentro das concepções estruturais e institucionais, fazendo incursão breve na crescente de violência que vive o Brasil.

Adiante, após falar dos tipos de violência, é momento de refletir sobre sua forma de combate na busca pela paz, que, aliás, merece também ser conceituada. O respeito amplo, conceito a educandos e educadores, é uma das principais buscas da atuação da Polícia Militar nas escolas, motivo pelo qual projetos como a Ronda Escolar e Projeto Rede Escolar tem angariado resultados proveitosos.

Por outro lado, como já citado em outro momento, o policial militar, que antes de tudo é um cidadão, está também em posição pedagógica, podendo, e devendo, contribuir para esse processo cognitivo nas escolas, sendo que o exemplo do Programa Educacional de Resistência às Drogas e Violência (PROERD) é um dos mais admiráveis realizados pela corporação, merecendo ser referenciado no presente trabalho.

---

<sup>3</sup> O termo é de Ricardo Balestreri na obra Direitos Humanos: coisa de polícia.

É sobre esses fundamentos e esses exemplos que se observa a importância do papel preventivo da Polícia Militar no âmbito escolar por ser uma forma de aproximar a polícia do cotidiano da comunidade escolar, evitando o cometimento de infração, dando o estado de segurança para aquela comunidade e atuando com maior efetividade nos crimes cometidos.

A presente pesquisa foi realizada por meio de pesquisa bibliográfica, documental e descritiva com a pretensão e o objetivo de levantar informações e características já existentes sobre o tema em questão que trata do papel preventivo da Polícia Militar no âmbito escolar. Para tanto, selecionou-se o método documental, uma vez que ele possibilita o suporte de material publicado em periódicos, livros e redes eletrônicas baseando-se em fontes claras e seguras que contenha informações do tema abordado.

## **2 REVISÃO DE LITERATURA**

A problemática da violência nas escolas faz parte de uma discussão mais ampla acerca da propagação da violência generalizada no Brasil, contextualizada na obra de Daniele Alcântara Nascimento (2013) e no trabalho de Tereza Cristina Albieri Baraldi (2018), principalmente no que tange ao combate da violência e instauração da paz.

Tratando de uma conceituação ampla, violência é definida por Baraldi (2018, p. 3) “De maneira geral, entende-se por violência o constrangimento físico ou moral, o uso da força contra algo ou alguém; é termo amplo e complexo porque guarda vários sentidos” isso porque, conforme continua evidenciando a autora “[...] o termo violência é mais abrangente do que crime, contudo, nem todo ato violento é considerado crime” (BARALDI, 2018, p. 3).

A violência nas escolas é uma realidade palpável no cotidiano brasileiro, sendo uma preocupação constante dos educadores, do Estado e da sociedade. O tema, que se filia a uma rotina de debate sobre Segurança Pública, que ganhou centralidade no fim do século XX, início do século XXI, pressupõe discussões relevantes na gestão dos espaços públicos, sendo que a Polícia Militar, nesse contexto, assume um papel importante para a sociedade. O policial militar, em razão da importância que goza para a sociedade organizada, deve estar apto a se portar como um agente público de mudanças, capacitado para “o desempenho mais eficiente, mais responsável e mais efetivo na direção da ordem e segurança pública” (NASCIMENTO, 2013, p. 21), sendo de todo relevante a sua educação para o combate assertivo das diversas formas de violência.

Sobre as diversas formas de violência, têm-se as lições de Nildo Batista (2012) e Ricardo Cappi (2000).

As causas da violência nas escolas são multifacetárias, até mesmo porque é considerada como um fenômeno social e, por isso, sujeita a interpretações em razão da cultura, da política, da religião, da territorialidade da economia entre outros fatores, segundo ressalta Alexandro Pereira Patrício (2014). Algumas violências se materializam sob a forma de violência interpessoal<sup>4</sup>, reconhecida como aquela representada por meio de assaltos, agressões, balas perdidas, entre outros exemplos, e que causa dificuldades para as condições de ensino. Nesse contexto da violência interpessoal, Cappi (2000) a classifica entre a violência “institucional” e a “estrutural”.

A violência institucional deve ser pensada além das práticas isoladas de autoridades que abusam de seu poder e cometem violências explícitas de maus tratos e humilhações; em verdade, a violência institucional é mais subjetiva e revela-se no desrespeito de direitos fundamentais e elementares do indivíduo. Existe a possibilidade dessa violência se revelar no âmbito escolar, contudo, não se quer falar que seja uma regra. Por outro lado, a violência estrutural faz referência direta às relações sociais assimétricas que destacam desigualdades, falta de oportunidades, miséria, ausência de participação efetiva do Estado entre outras coisas; esse tipo de violência é propulsora de comportamentos violentos, é uma “de maneira generalizada, omnipresente e nem sempre tangível - se pense por exemplo a violência simbólica ou de ocultação presente na mídia” (sic) (CAPPI, 2000, p. 1).

A desigualdade, a alienação do trabalho e nas relações, o menosprezo de valores e normas em função do lucro, o consumismo, o culto à força e o machismo são alguns dos fatores que contribuem para a expansão da delinquência. Portanto, sequestros, guerras entre quadrilhas, delitos sob a ação do álcool e de drogas, roubos e furtos devem ser compreendidos dentro do marco referencial da violência estrutural, dentro de especificidades históricas (MINAYO, *apud* PATRÍCIO, 2014, p. 22)

Assim, quando se fala em paz deve-se entender em sentido amplo como a ausência de violência, como ressalta Ricardo Cappi (2000) para o qual, inclusive, para melhor entendimento divide a violência entre a institucional e a estrutural, esclarecendo que a institucional pode revelar-se nas escolas entre práticas subjetivas e violências deliberadas, enquanto a estrutural tem raízes nas origens da desigualdade que vão perfilando exclusões.

Essas conceituações são pertinentes para ressaltar que existe um conceito mais amplo para entender a busca pela ‘paz’ nas escolas, porque, quando se fala na ausência de violência,

---

<sup>4</sup> A Organização Mundial de Saúde defende três categorias de violência, sendo elas a violência contra si - aquela auto-infligida, como ocorre no suicídio - a violência coletiva contra grandes grupos sociais e, por fim a violência interpessoal caracterizada por conflitos entre indivíduos. (PATRÍCIO, 2014).

não se deve apenas pensar na violência explícita, física, material, mas também aquela caracterizada de forma sutil pelo reforço de desigualdades, que tratam de excluir alguns estratos sociais mais vulneráveis.

A violência, apesar de sentida por toda a sociedade, é vivenciada de forma diferente para os diversos estratos sociais de acordo com a sua vulnerabilidade. Pensando assim, é importante destacar que as escolas públicas periféricas têm maior concentração de diversos segmentos vulneráveis da sociedade e, por isso, merecem maior atenção da Segurança Pública para que seja possível romper com o ciclo de aviltamento de crianças e adolescentes através da educação (PATRÍCIO, 2014).

Em um segundo momento, é tempo de apresentar a prática educativa para além das ciências e metodologias, usando da literatura de Paulo Freire (2010) e Moacir Gadotti (1987).

O modelo da educação pressupõe, em regra, uma forma de socialização secundária, que impõe a transmissão de valores, saberes e normas que são essenciais a qualquer indivíduo em sociedade. Nesse modelo, a figura autoritária do professor deveria ser, por si só, garantidora da interação pedagógica; entretanto, é evidente que esse quadro não é sustentável porque a escola, que antes era integradora, hoje passa a ser um local que agrega inúmeras referências culturais e tendências e que, por isso, apresenta inúmeros comportamentos não convergentes que clamam por uma nova forma de agregar essas diversas manifestações sociais.

É certo, todavia, que não se cogitaria transmitir esses valores através da instituição educacional se ali não existisse um ambiente harmonioso e de paz, e, neste campo é que se sustenta a atuação da polícia enquanto órgão público responsável por coibir manifestações de violência em benefício de todos os agentes educacionais. Essa atuação militar está em conformidade com a Carta dos Direitos dos Homens e a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789, segundo o qual preceitua o artigo 12 que “A garantia dos direitos do homem e do cidadão necessita de uma força pública: esta força é, pois, instituída em proveito de todos, e não para a utilidade particular daqueles a quem for confiada” (*apud* CAPPI, 2000, p. 1).

Outrossim, a Constituição Federal de 1988, na dicção do artigo 227, também sustenta essa responsabilidade delegada do Estado de:

[...] prover às crianças e aos adolescentes prioridade no acesso ao direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 1988)

Embora a Constituição não faça menção direta da atuação da Polícia Militar, é evidente que, enquanto agente integrativo do Estado na Segurança Pública e na consecução dos deveres esculpidos por nossa Carta Maior. É assim, como explica Ricardo Cappi (2000, p. 1) “Uma polícia atuando efetivamente para promoção e garantia dos Direitos Humanos torna-se, de fato, construtora da paz”.

Portanto, a polícia militar tem um papel fundamental no ato educativo, porque, como bem ressalta Paulo Freire (2010, p. 22) “ensinar não é *transferir conhecimento*, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção”. Fazendo uma análise mais sistemática sobre a elucidativa frase do educador para além da prática da docência, é possível dizer que muito contribui todo o agente que dá condição de aprendizado, quer sejam os que ministram diretamente os conteúdos educativos, quer sejam aqueles que contribuem para que esses outros profissionais atuem, criando um ambiente escolar sadio e propício ao ensino.

Desta forma, a presença da Polícia Militar contribui para a defesa dos direitos dos educadores e dos educandos, criando um ambiente de harmonia propício à produção de saber resolvendo o problema entre autoridade e liberdade, a teor de um dos exemplos expostos por Paulo Freire (2010):

Recentemente, jovem professor universitário, de opção democrática, comentava comigo o que lhe parecia ter sido um desvio seu no uso de sua autoridade. Disse, constrangido, ter se oposto a que aluno de outra classe continuasse na porta entreaberta de sua sala, a manter uma conversa gesticulada com uma das alunas. Ele tivera inclusive que parar sua fala em face do descompasso que a situação provocava. Para ele, sua decisão, com que devolvera ao espaço pedagógico o necessário clima para continuar sua atividade específica e com a qual restaurara o direito dos estudantes e o seu de prosseguir a prática docente, fora autoritária. Na verdade, não. Licenciado teria sido se tivesse permitido que a indisciplina de uma liberdade mal centrada desequilibrasse o contexto pedagógico, prejudicando assim o seu funcionamento (FREIRE, 2010, p. 104-105).

No mais, é relevante ao trabalho cuidar do policial militar como agente pedagógico, bem como da inserção do policial militar no contexto escolar. Neste ponto, não se deixaria de falar da influência do meio social e cultural segundo o conceito de Moacir Gadotti (1987), e Ricardo Balestrelli (2018).

Encarando essas concepções, é relevante estabelecer que a polícia, que atua do sistema de controle social formal, passe a refletir sob os riscos de apenas se apelar para essa forma de controle, que desconsidera a importância das formas de controle informal, representados pela família e pela escola, que buscam o enfrentamento da violência pela educação (CAPPI, 2000).

A atuação que se espera nesse contexto é o da polícia cidadã, que está concentrada na resolução de problemas, que tem uma comunicação mais ampla com a comunidade e que traça estratégias locais priorizando o cidadão, e não da polícia criminal (CAPPI, 2000). É por isso que o policial, agente secundário na participação escolar, deve estar disposto ao diálogo com as partes que compõem esse tecido social.

Ricardo Balestreli (2018) destaca o papel de cidadania desempenhado pelo policial militar que, antes de qualquer coisa, é um cidadão qualificado, integrado à sociedade e em contato mais direto com seus pares, é concebido como um ‘porta voz’ do Estado. Destaca-se que a Polícia Militar, por essa importância integrativa, também goza de função pedagógica, ao lado de professores, pais e outros especialistas que trabalham na área da educação, uma vez que estão em posição de formar opiniões.

Assim sustenta Ricardo Balestreli (2018, p.2) “O policial, assim, à luz desses paradigmas educacionais mais abrangentes, é um pleno e legítimo educador. Essa dimensão é inabdicável e reveste de profunda nobreza a função policial, quando conscientemente explicitada através de comportamentos e atitudes”.

Por fim, o trabalho cuidará de alguns exemplos proveitosos da participação da Polícia Militar nas escolas, como é o caso do PROERD, Rede de Segurança e das Escolas Militares.

O Programa Educacional de Resistência às Drogas e Violência (PROERD), é um projeto onde as escolas cedem espaço para que um policial militar possa dialogar com os alunos sobre o enfrentamento das drogas e da violência. É inspirado no modelo norte americano iniciado em 1983 que hoje está presente em mais de cinquenta e oito países (NILDO, 2012).

Na implantação do PROERD, a Polícia Militar busca disseminar uma nova imagem desvinculada do conceito pobre de “órgão repressor”, colocando em prática um papel preventivo e pedagógico do policial militar que busca através da educação e orientação a prevenção da criminalidade (NILDO, 2012).

O PROERD é parceiro estratégico do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência e, segundo dados da Polícia Militar, entre os anos de 1998 a 2015 houve a capacitação de mais de 3 (três) milhões de crianças.

Inobstante esse programa e seus positivos resultados, é de se ressaltar que a participação ampla da polícia como amiga da escola garante segurança, reduz índices de criminalidade nestas e arredores e previne conflitos.

Outro programa que vem angariando bons resultados é realizado pela Polícia Militar de Santa Catarina, chamado de Programa Rede de Segurança é desenvolvido nos municípios

de Araranguá, Sombrio e Turno, e foi iniciado entre 2010 e 2011. O programa vem apresentando resultados positivos porque previne, aproxima e resolve problemas com a tão simples visitação diária de policiais militares nas escolas. Sobre o assunto se manifesta Sandra Regina de Vargas, diretora geral da Escola de Educação Básica Maria Garcia Pessi, no sítio da Polícia Militar de Santa Catarina (2014):

A visita diária dos policiais tem refletido de maneira muito positiva dentro e fora da escola. Um dos pontos observados foi a diminuição de fluxo de pessoas estranhas na frente da escola no horário da entrada e os rachas de motocicletas que também eram bastante comuns e já não acontecem mais. O projeto Ronda Escolar não pode parar, pois essa parceria tem sido decisiva para o sucesso na educação de mais de 1800 alunos que hoje frequentam esta escola (PM-SC, 2014, p. 1).

O que se busca por essa atuação não é a criminalização dos conflitos no âmbito escolar, mas o caminho da prevenção. Para isso, é importante que a polícia não tenha uma atuação só repressiva, mas de efetiva cidadania e de contato com a população.

Restou firmado no curso do artigo que a escola não é apenas lugar transmissão de conhecimento, é também um lugar de congregar experiências de formar um cidadão produtivo, consciente e crítico. Portanto, a instituição de ensino deve conseguir atender às exigências de uma nova ordem social, possibilitando ao discente o acesso a um ensino de qualidade em um ambiente de harmonia e respeito mútuo, destacando-se nesse mister as escolas militares.

A experiência das escolas militares no Brasil tem resultados positivos na medida em que fornece educação de qualidade de forma gratuita a alunos de média e baixa renda que estariam submetidos à deploração do ensino público do país. Segundo a estatística de desempenho do Exame Nacional do Ensino Médio, no ano de 2016 os colégios militares ocuparam as cinco primeiras colocações pela pontuação média de seus alunos em comparação com toda a rede de educação estadual em Goiás (GOIÁS AGORA, 2017).

O colégio militar no Estado de Goiás surgiu no ano de 1976 através da Lei n. 8.125 em um tímido artigo 23, inciso I. Somente no ano de 1998 é que a instituição de ensino militarizada foi melhor organizada pela Portaria n. 604. Iniciou com seis salas para 440 na academia de polícia e logo ganhou estrutura própria onde atualmente está instalado o Colégio da Polícia Militar, unidade Vasco dos Reis (GOIÁS AGORA, 2017).

Esse modelo de ensino, pelos resultados positivos, ganhou grande atenção da sociedade e hodiernamente expandiu-se para 35 colégios em 26 municípios do Estado de Goiás e abriga cerca de 40 mil alunos só no ensino fundamental e médio, sendo um dos grandes termômetros da importância do papel preventivo da polícia militar no âmbito escolar.

### 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A escola é ambiente de construção cognitiva, é onde se formam experiências que basearão todos os anos subsequentes do indivíduo. Via de regra, a missão da escola é de formar cidadãos conscientes e preparados para as demandas da vida adulta, o que se espera é que na escola estejam seguros, privilegiados por um ambiente harmonioso que lhes assegure condições para manter sua integridade física e psíquica.

Além de se sentir seguro, o estudante, em fase especial de aprendizado, deve aprender nesse ambiente sadio a também respeitar o próximo, a ter civilidade e urbanidade.

Este é o lugar em que se almeja para nossas crianças e adolescentes, mas a verdade é que as instituições de ensino tem se tornado cada vez mais, em ambientes hostis e muitas vezes violentos. A falta de civilidade e de respeito se tornou algo comum. O contexto atual apresenta os mais diversos tipos de violência na escola, o que tem se tornado um problema crônico onde os alunos agredem e são agredidos, transmitindo uma sensação de selvageria.

Conforme visto, os estudiosos do tema têm tentado analisar o comportamento dessas crianças e adolescentes no intuito de identificar as espécies e a forma como essa violência tem se disseminado. Imprescindível ressaltar que a violência que adentrou nas Instituições de Ensino é de uma complexidade tamanha que chega a transcender os conceitos de uma agressão apta a gerar apenas um crime, ou seja, trata-se de modalidade diferenciada capaz de envenenar e levar à morte as bases e princípios nos quais a escola se firma.

Daí que a situação atual nas escolas tem feito como que educadores, bem como a sociedade civil, comecem a demandar da governança meios de que se garanta a segurança nas escolas. Ora, é perceptível que a violência nas escolas está interligada a fatores sociais, políticos, econômicos e até mesmo religiosos, sendo que todos convergem nos nítidos prejuízos à educação.

Cumpramos ressaltar, ainda, que além da violência exercida pelos próprios alunos, depara-se também com uma modalidade de violência subjetiva e mais difícil de ser percebida, qual seja, aquela exercida pela instituição de ensino através de diretores, coordenadores e até mesmo por professores, violência essa doutrinariamente chamada de “violência institucional”, ponto em que comungamos do referencial teórico trazido ao processo. Nota-se que na maioria das vezes esse tipo de violência se configura através do abuso de poder, e acaba se tornando propulsora de comportamentos agressivos por parte dos alunos, ou a depender do caso, os fragilizando, o que também acarreta em violência.

Assim, resta perceptível que a Escola tem passado por um período de desestabilização e desconstrução de sua função social, ou seja, tem deixado de ser um ambiente seguro e formador de civilidade.

Em razão do quadro atual, o que se questiona e se busca analisar diz respeito aos meios de resgatar a paz e o senso de civismo e respeito dentro das instituições de ensino, e ainda, quais fatores ou mecanismos seriam capazes de reconstruir a imagem histórica da escola. Diante deste questionamento, e tendo em vista que as mais diversas espécies de violência acarretam em falta de segurança, buscou-se observar a interação da Polícia Militar com as instituições de ensino.

Alguns exemplos de aproximação da Polícia Militar com as Escolas foram traçadas no referencial teórico, a teor do Proerd – que tem resultados proveitosos mas não conta com um acompanhamento diário de alunos – e de rondas escolares, que diminuiriam sobremaneira casos de violência.

Entretanto, no Estado de Goiás o destaque mais evidente para a atuação do policial militar em seu papel preventivo nas escolas é certamente os vislumbrados pelas Escolas Militares no Estado.

Como sabido, muitas escolas tem sido dirigidas e coordenadas por Comandos Policiais, fazendo com que crianças e adolescentes civis tenham uma educação militar. A polícia é, com certeza, a figura mais expressiva capaz de representar “segurança”, assim indaga-se se esse ideal de proteção é eficaz em uma “corporação” evidentemente diferenciada, os alunos.

As Instituições Militares tem uma imagem que vincula sua atuação a um certo grau de violência. Daí que advém as dúvidas sobre a efetividade dessas instituições militares no contexto escolar como agentes transmissores e percussores de paz, transformando as escolas novamente em ambientes harmoniosos.

De acordo com o que tem se visto na prática, as escolas que estão sob comandos militares tem obtido êxito na educação de crianças e adolescentes, isso porque se atentam não apenas à educação em seu sentido literal, mas sim em um sentido amplo de conteúdo ministrado em sala de aula de qualidade, disciplina, cidadania e civismo.

Observa-se que ao se relacionar diretamente com a escola a polícia acaba por cumprir um de seus principais deveres enquanto agente interativo do Estado na Segurança Pública, qual seja a promoção da paz e da cidadania, o que conseqüentemente contribui com o resguardo da própria dignidade humana.

Tal contexto, de promoção de paz e cidadania, remete-nos aos ensinamentos de Paulo Freire (2010, p. 22) que assevera que “ensinar não é *transferir conhecimento*, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção”. Nota-se que a polícia tem propiciado às escolas condições de se ter um ambiente saudável onde tanto alunos quanto docentes se sintam confortáveis, influenciando diretamente na qualidade de ensino ministrado.

O que se percebe é que a presença da Polícia militar impõe respeito e estabelece limites em relação à postura dos educandos, o que se mostra extremamente necessário nessa faixa etária. A presença dos militares intimidam de maneira positiva os alunos, fazendo com que estes ajam de forma respeitosa, ou seja, verdadeira lição de cidadania.

A título de exemplo, no Estado de Goiás, é possível encontrar escolas militares em Goiânia, Anápolis, Goianira, Trindade e outras regiões, totalizam 44 (quarenta e quatro) escolas no estado. Ressalte-se que o ano de 2018 se iniciou com a abertura de mais 06 seis instituições, ou seja, a parceria escola-polícia vem alcançando um resultado admirável o que aumenta a procura de pais e responsáveis por este tipo de educação.

Além de contar com um corpo docente de alta qualidade, a escola preza pelo incentivo a atividades físicas, interação entre os alunos das mais diversas faixas etárias e ainda incentivo à música, vez que todas as unidades de ensino, assim como as corporações policiais, também possuem banda sinfônica.

Percebe-se, portanto, que se trata de um cronograma escolar diferenciado das demais escolas, onde os alunos têm rotineiramente ensinamentos acerca de civismo e cidadania a começar pelo respeito à pátria através do arriamento da bandeira e o canto diário do hino nacional.

Diante do grande número de escolas no Estado, é possível observar que nestas instituições o nível de violência é reduzido a uma quantidade mínima, quase inexistente. Aqui se faz menção não só à violência física, que como já dito, é incomum de ocorrer porquanto os educandos se sentem intimidados pela presença de uma autoridade policial, mas também se fala em relação à saúde e comportamento psicológico dos alunos, que se mostram mais cordiais, civilizados e com uma noção mais acentuada de respeito, ocasionando na diminuição de fatores que estressam ou deprimem os alunos, certamente um ambiente mais saudável e equilibrado.

Outrossim, o grande números de atividades extra-classe realizada pelos militares também corrobora para que os alunos sejam mais dinâmicos, preencham o tempo com atividades sadias e ainda aprimorem a convivência em grupo. No que tange à convivência em grupo, essas escolas tem tido destaque porquanto assim como nas corporações policiais os

alunos são incentivados e instruídos a lidar com os seus companheiros de classe, prezando pelo conjunto e não pelo aluno de forma individual, eles são direcionados constantemente ao trabalho em equipe.

Diante dessa perspectiva é possível observar que ao deixar o viés exclusivo da questão tipicamente criminal e se aproximar da questão educacional, essas instituições militares se transformam em polícia cidadã, concentrada e engajada na paz social, no bem estar da comunidade e no planejamento de estratégias que visem a cidadania.

Ora, não existe melhor forma de aprimoramento da cidadania do que educar aqueles que serão os efetivos cidadãos de amanhã, logo, a interação da polícia com a escola tem sido um dos mecanismos mais efetivos para reavivar o conceito de uma escola agradável, sadia e segura, capaz de realmente formar essas crianças e adolescentes com qualidade, não apenas no que tange à educação intelectual como também a educação cidadã.

Cada militar inserido nas instituições de ensino, ainda que não ministre efetivamente aulas em sala, acaba por se transformar em educador, na medida em que orienta, impõe respeito, exige disciplina e promove noções de civismo e cidadania entre os educandos. Dessa forma, é inegável que a polícia perde a denominação de “órgão meramente opressor” passando a ser uma verdadeira instituição de caráter preventivo e pedagógico, no combate efetivo à criminalidade da maneira mais surpreendente, pela formação de cidadãos.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O sacerdócio da educação é um dos assuntos mais caros à sociedade dada a relevância que educar tem para a formação de cidadãos conscientes. É por isso que a Constituição Federal de 1988, corroborado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, destaca o dever de garantir o acesso da criança e do adolescente a uma educação de qualidade, em um ambiente livre de violência em que seja possível que educadores e educandos consigam atingir o fim de transmitir e receber conhecimento.

Quando se aborda o fim da violência no ambiente escolar, reflete-se na violência em suas várias formas, seja ela institucional ou estrutural, isto é, seja uma violência derivada de atos de poder, abuso de autoridade, do constrangimento físico ou psicológico ou ainda uma violência de raízes mais profundas iniciadas a partir de segregações e desigualdades. Portanto, buscar o fim da violência tem um sentido muito mais amplo e implica em práticas mais abrangentes, para além da simples contenção de criminalidade.

Traçado esse contexto é que a Polícia Militar, longe de suas atribuições precípua de repressão da criminalidade, tem muito a contribuir para o estabelecimento da paz nas unidades escolares. Uma análise equivocada da atuação militar leva a uma proposição igualmente equivocada de truculência e, por isso mesmo, incompatibilidade com a educação. Entretanto, diversos exemplo estudados na prática comprovam a relevância da Polícia Militar em seu papel preventivo na educação, como o que se vê no PROERD que busca a eliminação do uso de drogas por adolescentes através de palestras educativas em escolas, ou ainda, observado pelo projeto Ronda Escolar que garante um policiamento preventivo para evitar a criminalidade no âmbito escolar e, por fim, as escolas militares espalhadas pelo país que vem alcançando resultados valiosos na medida em que garante tranqüilidade para alunos e professores.

Atua na educação também quem promove um ambiente harmonioso propício à educação, a teor do que ensina Paulo Freire, razão pela qual a Polícia Militar contribui dando condições de aprendizado, evitando violência e transmitindo valores inerentes à socialização secundária como a cidadania e a civilidade, de modo que, assim atuando, guarda um importante papel preventivo no âmbito escolar.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BALESTRERI, Ricardo. Direitos Humanos: coisa de polícia. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/educar/balestreri/php/dh4.html>. Acesso em 28 de fev. 2018.

BATISTA, Nildo. O PROERD como política de segurança pública junto a crianças e jovens de Belo Horizonte/MG. 7º Encontro Anual da ANDHEP - Direitos Humanos, Democracia e Diversidade 23 a 25 de maio de 2012, UFPR, Curitiba (PR). Disponível em: < <http://www.andhep.org.br/anais/arquivos/VIIencontro/gt05-02.pdf>> Acesso em 04 de abril de 2018.

CAPPI, Ricardo. Paz nas Escolas: O papel da polícia. Disponível em: < [http://www.dhnet.org.br/educar/balestreri/inquietude/ricardo\\_cappi.htm#\\_ftn1](http://www.dhnet.org.br/educar/balestreri/inquietude/ricardo_cappi.htm#_ftn1)> Acesso em 28 de janeiro de 2018.

FREIRE, P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

GADOTTI, Moacir. Educação e poder - introdução à pedagogia do conflito. São Paulo: Cortez, 1987.

GOIÁS AGORA. Colégios militares conquistam as melhores colocações no ranking do Enem da rede estadual. Data de publicação: 10 de março de 2017 - 7:30. Disponível em: <<http://www.goiasagora.go.gov.br/colegios-militares-conquistam-as-melhores-colocacoes-no-ranking-do-enem-da-rede-estadual/>> Acesso em 04 de abril de 2018.

NASCIMENTO, Daniele Alcântara. Concepções da Educação Policial: o que pensam os professores? Curitiba: Editora CRV, 2013.

PATRÍCIO, Alexsandro Pereira. O papel da violência interpessoal compreendida como a manifestação de uma endemia social: uma análise geográfica sobre o fenômeno no Brasil e Rio Grande do Norte. Disponível em: <[https://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/19695/1/AlexsandroPereiraPatricio\\_DISERT.pdf](https://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/19695/1/AlexsandroPereiraPatricio_DISERT.pdf)> Acesso em 04 de março de 2018.

POLÍCIA MILITAR SANTA CATARINA. Presença da polícia militar nas escolas apresenta excelentes resultados. Disponível em: <<http://www.pm.sc.gov.br/noticias/presenca-da-policia-militar-nas-escolas-apresenta-excelentes-resultados-sdf.html>> Acesso em 28 de janeiro de 2018.

SENASP. Segurança, Justiça e Cidadania / Ministério da Justiça - Ano 4, n. 7, (2014) - Brasília: Secretaria Nacional de Segurança Pública, 2014.